



DISCUTINDO QUESTÕES DE GÊNERO EM SALA DE AULA: COMO A GEOGRAFIA ESCOLAR PODE CONTRIBUIR COM ESSE DEBATE?

Autora: Ana Carolina Ferraz dos Santos¹

CEFET/RJ acferrazsantos@gmail.com

RESUMO: A Geografia Escolar brasileira continua pouco permeável à perspectiva de gênero como possibilidade de construção da inteligibilidade da realidade social, apesar desta ser uma importante categoria de análise do espaço geográfico e da compreensão do espaço escolar. Como forma de refletir sobre as potencialidades e limitações da disciplina de Geografia em contribuir com o debate de gênero em sala de aula, esse artigo apresenta como proposta realizar uma revisão bibliográfica sobre a abordagem de questões de gênero pela Geografia Escolar. A partir de uma pesquisa realizada no Portal de Periódicos da CAPES, analisei três trabalhos que contribuem para essa reflexão: Tonini (2002), Costa (2011) e Hoven et al. (2010). Sob influência dos Estudos Culturais, Tonini (2002) avaliou o processo de constituição das identidades das mulheres a partir dos discursos presentes nos livros didáticos de geografia, mostrando a produção da mulher como integrante duplamente de uma cultura negada: na questão de gênero e na territorial. Costa (2011), influenciada pelos estudos pós-coloniais, aponta para a ausência ou superficialidade com que as questões de gênero são tratadas no livro didático de geografia. Hoven et al. (2010) defende a realização de trabalhos de campo como uma metodologia de grande potencial para incentivar os estudos de gênero na geografia. Os trabalhos analisados reivindicam novas versões científicas que sejam capazes de dar visibilidade para grupos sociais que foram silenciados pelos pressupostos da ciência moderna, como as mulheres.
Palavras-Chave: Geografia Escolar, gênero, livro didático, trabalho de campo.

INTRODUÇÃO

“Professora, um homem pode ser feminista?”, “Eu não concordo com o tema da redação do ENEM sobre a persistência da violência contra a mulher porque no Brasil as maiores vítimas de homicídios são os homens”, “Você é a favor do aborto, professora?”. Aparecendo de forma inesperada e descontextualizada, surgindo em falas cheias de curiosidade e angústia, questões como essas me revelam a necessidade dos alunos em encontrar na escola um espaço para desenvolver debates que estão postos na sociedade.

Promover discussões sobre feminismo, violência contra a mulher, legalização do aborto e tantas outras envolve a compreensão das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, construídas socialmente a partir das diferenças sexuais, levando assim ao debate de gênero.

De acordo com Louro (2003) é através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*, com o objetivo de rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual e, assim, enfatizar a construção social e histórica produzida sobre

¹ Trabalho orientado pela Prof^a Dr.^a Ana Angelita Costa Neves da Rocha, professora Adjunta do

Departamento de Didática da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

as características biológicas. Coloca-se, dessa forma, o debate no campo do social, já que nele é que se constroem e se reproduzem as relações desiguais baseadas no sexo.

Para Barroso (2004), tradicionalmente as questões de gênero têm recebido pouca atenção nos debates educacionais e, por outro lado, a educação tem tido pouco destaque na agenda de igualdade de gênero. Porém, Louro (2003) aponta que o assunto merece uma atenção especial de educadores(as), já que enfrentam um grande desafio, pois as posições de gênero e sexualidade se multiplicaram e é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários, como a polarização masculino/feminino.

Nesse sentido, a escola e os profissionais de educação não conseguem se situar fora dessa discussão. Como professora de Geografia do Ensino Médio, frequentemente, me pegava em sala de aula tendo que desviar do conteúdo planejado para mediar dúvidas e questionamentos feitos pelos alunos sobre feminismo, aborto, assédio sexual e tantas outras questões. Em alguns casos, encontrava dificuldades para conduzir determinadas situações e conflitos que surgiam a partir desses debates.

Passei a pesquisar, então, sobre a possibilidade de abordar questões de gênero a partir de uma perspectiva geográfica, terreno esse em que eu me sentiria mais confortável

para conduzir as demandas que emergiam dos alunos, sem precisar me afastar dos conteúdos curriculares previstos. Foi assim que tive contato, pela primeira vez, com as chamadas *geografias feministas*, me revelando o grande potencial da geografia em desenvolver esse debate, já que o gênero é uma importante categoria de análise do espaço geográfico.

Conforme explicado por Silva (2009), na década de 1970, sob influência da “segunda onda” do feminismo, emerge um movimento interno à geografia chamado de *geografias feministas*, contribuindo para o questionamento do conhecimento científico como um saber objetivo, neutro e universal. Essa perspectiva procurava denunciar e questionar a invisibilidade de grupos sociais que não se encaixam na ordem social dominante, em especial as mulheres, como sujeitos e objetos da ciência geográfica.

É preciso ressaltar que a emergência da geografia feminista foi uma decorrência, sobretudo, do movimento de mulheres brancas de universidades norte-americanas e inglesas, e a geografia brasileira continua pouco permeável à perspectiva de gênero como possibilidade de construção da inteligibilidade da realidade social.

A geografia escolar apresenta grande potencial para abordar a desigualdade de gênero, visto que o gênero é uma categoria de análise importante para compreender a



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

produção do espaço geográfico a partir de relações desiguais de poder. No entanto, a inserção desta temática no currículo oficial da disciplina, nos materiais didáticos produzidos e na própria formação docente aparenta ser bastante reduzida.

Incorporar a análise de gênero é importante não apenas para a Geografia ampliar suas perspectivas de compreensão do espaço geográfico, mas também para pensar criticamente as relações de gênero estabelecidas na própria escola.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a abordagem de questões de gênero pela geografia escolar. Acredito que, apresentando um panorama geral desse tema, possa colaborar para levantar reflexões sobre as potencialidades e limitações da disciplina de geografia em contribuir com o debate de gênero em sala de aula.

METODOLOGIA

Como forma de refletir sobre as potencialidades e limitações da disciplina de geografia em contribuir com o debate de gênero em sala de aula, desenvolvendo assim a revisão bibliográfica sobre o tema aqui proposta, realizei uma pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, uma importante fonte para pesquisas científicas.

Para uma melhor sistematização dessa investigação, optei por usar o termo

“geografia e gênero” como referencial de pesquisa no campo BUSCAR ASSUNTO, disponível no portal, por se tratar do tema central de análise desse trabalho.

Embora seja necessário reconhecer a limitação da metodologia empregada, acredito que através desse procedimento tive acesso aos principais trabalhos acadêmicos disponíveis sobre a temática investigada, sobretudo no Brasil, já que os termos foram utilizados em português.

Resultados e Discussão

1) A produção acadêmica sobre Geografia e Gênero no âmbito escolar

Como resultado do procedimento metodológico adotado foram encontrados 182 artigos no Portal de Periódicos CAPES. No entanto, é preciso ressaltar que apenas 73 estavam realmente relacionados ao tema de pesquisa, visto que a busca localizou também artigos onde o termo gênero era empregado como forma de classificação dos seres vivos, como estilo literário ou como conceito de *gênero de vida* do autor Vidal de La Blache, diferente do significado buscado por esse trabalho.

Como o objetivo desse trabalho está restrito ao âmbito da escola, realizei uma filtragem dos 73 artigos encontrados para selecionar apenas aqueles que tratavam do tema educação, revelando que apenas 21% da



produção científica sobre geografia e gênero estão associadas a essa área de conhecimento.

É preciso apontar, contudo, que a maioria das pesquisas desenvolvidas no campo da educação se dedica a compreender as implicações do gênero no exercício da docência, como os trabalhos desenvolvidos por Cunha (2012); investigar o processo de escolarização levando em consideração a categoria gênero, como as pesquisas de Bacha et al. (2006); ou ainda analisar as vivências e práticas que produzem o espaço escolar a partir de relações e papéis de gênero, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos por Wenzel (2012).

No entanto, o que busco compreender com esse artigo, são as potencialidades da *Geografia*, enquanto *disciplina escolar*, em contribuir para o debate de *gênero* em sala de aula. Apresentando esse mesmo propósito, destaco os trabalhos de Tonini (2002), Hoven et al. (2010) e Costa (2011), que devido a convergência de objetivos, serão utilizados como material base para a revisão bibliográfica aqui proposta.

2) O que nos dizem as pesquisas sobre a abordagem de gênero pela Geografia Escolar?

Realizo aqui uma apresentação e avaliação dos artigos e teses que tem como proposta refletir sobre o debate de gênero na geografia escolar, selecionados de acordo com metodologia de pesquisa adotada nesse

trabalho. Para proceder com uma melhor análise, esse material será avaliado a partir de diferentes categorias, sendo elas: a metodologia empregada em cada trabalho, o campo teórico em que os mesmos estão inseridos e, por último, suas principais contribuições.

Para a melhor compreensão do leitor, sintetizo, na tabela 1, os pontos de contato e divergência entre as pesquisas que foram analisadas de acordo com as categorias propostas.

Uma primeira e importante comparação entre os trabalhos expostos na tabela acima diz respeito à metodologia de investigação adotada. Os trabalhos de Tonini (2002) e Costa (2011) trazem importantes contribuições para refletir sobre como as questões de gênero estão abordadas no livro didático de geografia, um instrumento de trabalho central do professor.

Nesse sentido, Tonini (2002) insere sua pesquisa no campo dos Estudos Culturais, um território de pesquisa que se delineou na segunda metade do século XX, composto por diferentes posições teóricas e campos temáticos que apontam para a centralidade da cultura na regulação dos modos de vida. Uma parcela expressiva dos estudos inseridos nesse campo teórico tem buscado compreender como os textos culturais operam na constituição das identidades, baseando-se nas



relações entre discurso e poder do pensamento foucaultiano, em que os discursos são

formados e sustentados por relações de poder.

Trabalhos científicos	Metodologia empregada	Campo teórico	Principais contribuições
Tonini (2002)	Análise de Livro Didático	Estudos Culturais	A mulher como integrante duplamente de uma <i>cultura negada</i> nos discursos dos livros didáticos de geografia: na questão de gênero e na territorial.
Costa (2011)	Análise de Livro Didático	Estudos pós-coloniais	A ausência do tema gênero nos conteúdos dos livros didáticos de Geografia ou a superficialidade com que o tema é tratado nesse material didático.
Van Hoven et al. (2010)	Elaboração de Trabalho de Campo	Geografia feminista e Pedagogia feminista	O trabalho de campo como método capaz de incluir o gênero como uma categoria de análise do espaço geográfico.

Tabela 1: síntese da análise sobre os trabalhos acadêmicos que abordam gênero e geografia escolar

Sustentando-se nesse campo teórico, Tonini (2002) desenvolve suas análises sobre ensino de geografia e gênero, examinando assim os discursos nos livros didáticos de geografia, em busca da constituição das identidades das mulheres. A partir dessa perspectiva teórica, a autora demonstra alguns mecanismos e estratégias de poder que possibilitaram produzir a mulher como integrante duplamente de uma *cultura negada*² nos discursos dos livros didáticos de geografia: tanto na questão de gênero, como na territorial.

² A autora usa o conceito de *cultura negada*, seguindo Torres de Santomé (1995): grupo humano que é recorrentemente excluído ou ganha pouca importância como membro constituinte de sua sociedade por ocupar posição subalterna no quadro das estruturas socioeconômicas.

Sendo assim, a autora inicialmente demonstra que, nos livros didáticos de Geografia, o discurso da diferença sexual, ancorado em suportes biológicos, é o mais recorrente para destinar os papéis sociais que homens e mulheres devem desempenhar.

Para melhor ilustrar a análise de Tonini (2002) menciono aqui alguns exemplos. A autora apresenta imagens dos livros didáticos de Geografia que produzem um sentido de que as mulheres são responsáveis pela concepção e, por isso, a elas são destinadas as campanhas de controle de natalidade e planejamento familiar. Tonini (2002) também chama a atenção para o fato de que a imagem de mulheres com seus filhos (as), sem a presença do homem são tomadas como



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

óbvias, naturais, pois a vinculação entre maternidade e cuidado com os filhos (as) está em uma relação direta. Segundo a autora, esse discurso, ao determinar as funções que a mulher deve desempenhar na sociedade, produz uma identidade, capturando-a para a maternidade e para o espaço doméstico.

Tal captura da identidade feminina traz implicações na maneira como a mulher se inseriu no mercado de trabalho. Tradicionalmente, sua atuação profissional está associada a serviços que se assemelham às tarefas domésticas, relacionados à assistência e proteção, produzindo a identidade profissional da mulher por meio de sua suposta natureza biológica.

Sendo assim, Tonini (2002) demonstra que quando os livros didáticos abordam a entrada da mulher no mercado de trabalho, em geral, elas são retratadas como professora, feirante, tecelã, costureiras; ou associadas a atividades manuais, sem grandes exigências de qualificação intelectual, como agricultora, comerciária, industriária.

Como um segundo aspecto importante de seu trabalho, Tonini (2002) observa que os discursos dos livros didáticos de geografia também estabelecem diferenças entre a construção das identidades femininas, o que ocorre a partir de uma matriz territorial, baseado em referências que produzem

territórios “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”.

A autora explica ainda que há uma homogeneização da identidade inventada para todas as mulheres localizadas nos territórios “subdesenvolvidos”, seja ela africana, latino-americana ou asiática. Assim, um comportamento considerado negativo pelo discurso ocidental é generalizado como típico do território “subdesenvolvido”, a exemplo da elevada taxa de natalidade. Nesse caso, Tonini (2002, p. 78) chama atenção que, as mulheres ocidentais, raramente aparecem com filhos (as) e, quando aparecem, estão no espaço público, o que não as associa com as tarefas domésticas.

Como forma de construir diferenças entre essas identidades femininas, as características do corpo passam a ser exaltadas. Para Tonini (2002) a cor da pele é maximizada como um dos principais referentes para as construções das identidades territoriais femininas. Sendo assim, a imagem das mulheres asiáticas, latino-americanas e africanas é mostrada pela miscigenação da cor da sua pele e pela cor negra.

A cor da pele está articulada, ainda, às profissões que as identidades femininas “subdesenvolvidas” ocupam, desempenhando profissões inferiores da economia capitalista, como lavadeiras, garças, domésticas, camponesas, feirantes. Já a cor da pele branca



é usada como modelo para a mulher ocidental, e quando estas aparecem desempenhando profissões são atividades mais articuladas às artes ou a setores mais valorizados na economia capitalista.

A autora também observa que as imagens existentes nos livros didáticos divulgam expressões corporais distintas para as mulheres desses dois territórios. As mulheres de regiões subdesenvolvidas são mostradas, geralmente, cabisbaixas, apáticas, com olhos de tristeza, sentidos associados à submissão e à inferioridade. Já as ocidentais são apresentadas através de imagens que as mostram alegres e ativas (TONINI, 2002, p. 79).

Dessa forma, Tonini (2002) demonstra, então, como o processo das construções identitárias das mulheres nos livros didáticos de Geografia analisados está baseado no discurso da diferença sexual, mas também apresenta distinções de acordo com o recorte territorial considerado.

O trabalho de Costa (2011) também realiza análises de livros didáticos de Geografia, buscando detectar onde e de que forma o tema gênero é abordado. No entanto, os resultados dessa análise são apresentados de forma muito vaga pela autora, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

“Na análise das obras podemos perceber que os livros didáticos não abordam o tema gênero de forma clara e direta, apenas em alguns momentos há alguns comentários sobre a situação

da mulher no Brasil e no Mundo, porém de forma muito superficial. Quando aparece o tema, observamos que ainda é tratado de forma secundária, não enfatizando os elementos necessários à transformação da atual sociedade que ainda explora de forma violenta as mulheres”. (COSTA, 2011, p. 82).

É possível perceber que os resultados apresentados por Costa (2011) deixam muitas lacunas para o leitor: Quais são os comentários presentes nos livros didáticos sobre a situação da mulher no Brasil e no mundo? Eles estão associados a que conteúdos da geografia escolar? Quais são os elementos que permitem afirmar que o tema gênero é tratado de forma secundária nas obras examinadas?

Apesar dessas lacunas, os resultados de Costa (2011) apontam para a ausência do tema gênero nos conteúdos dos livros didáticos de Geografia analisados ou para a superficialidade com que o tema é tratado nesse material didático.

A autora não apresenta de forma clara a abordagem teórica em que seu trabalho está inserido, no entanto, sua interlocução teórica se desenvolve com autores que tem como base a perspectiva pós-colonial, como Joseli Maria Silva.

Silva (2009, p. 15) explica que os estudos pós-coloniais privilegiam temas e sujeitos invisibilizados pelo discurso científico e tentam evidenciar as relações de poder inerentes aos conceitos e métodos já consagrados na academia. Além disso, as



pesquisas tentam abordar o ponto de vista dos pesquisados, a fim de compreendê-los para além da posição de passividade e subordinação à ordem instituída.

Sendo assim, os apontamentos de Costa (2011) sobre a ausência e superficialidade do tema gênero nos livros didáticos de Geografia estão articulados com a abordagem pós-colonial, na medida em que contesta a invisibilidade e o silêncio de sujeitos sociais não hegemônicos dentro da ciência geográfica, como as mulheres.

Além disso, Costa (2011) valoriza a ação dos movimentos sociais na composição dos saberes científicos e sua capacidade de promover novas formas de interpretação da realidade, conforme pode ser apreendido no trecho abaixo:

“Nos últimos anos da década de 1990, as transformações nas relações de gênero e os movimentos sociais de luta pelos direitos das mulheres, gays, travestis, lésbicas e outros suscitaram o debate em várias instâncias da sociedade como a escola, os grupos sociais organizados, sindicatos, entre outros tantos. Surge aí uma necessidade de debates e produções de metodologias para o trabalho com o tema gênero em escolas”. (COSTA, 2011, p. 79).

Costa (2011) defende, ainda, a necessidade de pesquisas e elaboração de materiais didáticos sobre gênero no ensino fundamental e médio, posição com a qual compartilho, tendo em vista que a escassez de materiais complementares sobre o tema dificulta o aprofundamento dessas discussões em sala de aula.

Em minha atuação como professora, percebia que a inserção da temática de gênero no currículo formal da Geografia Escolar estava associada, sobretudo, ao campo da Geografia da População. É comum que nos livros didáticos, este campo de conhecimento, apresente itens como “A discriminação de gênero”, “O papel das mulheres nas diferentes sociedades”, “A inserção da mulher no mundo do trabalho”. Eu enxergava, assim, que esse era um campo de grande potencial de discussão e reflexão do tema gênero nas aulas de Geografia.

Porém, concordando com a argumentação de Tonini (2002), ao defender que o livro didático está inserido numa arena política, cujo jogo autoriza certos discursos e desautoriza outros, percebo, então, que tratar de questões de gênero na Geografia Escolar só é autorizado a partir de determinados aspectos, sob determinada ótica.

As questões de gênero presentes nos livros didáticos estão, majoritariamente, relacionadas ao campo da Geografia da População, embora as discussões oferecidas estejam ancoradas na Geografia Econômica. Trata-se então, da desigualdade de gênero a partir, principalmente, da inserção da mulher no mercado de trabalho, da divisão sexual do mundo do trabalho, da desigualdade salarial entre homens e mulheres e das hierarquias entre os sexos nos postos de comando. Dessa



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

forma, as análises giram em torno do tratamento da mulher enquanto mão de obra e força de trabalho, valorizando a perspectiva econômica da desigualdade de gênero.

Porém, outras discussões importantes que poderiam ser desenvolvidas a partir de uma abordagem geográfica, ampliando o debate e desenvolvendo outras perspectivas sobre a desigualdade de gênero, como a violência doméstica, a exploração sexual, a prostituição o aborto, a violência simbólica, o feminicídio, a gravidez na adolescência, entre tantos outros, não estão presentes nos livros didáticos. Entendo, então, que esses são discursos não autorizados ao tratar do tema gênero em sala de aula, concebidos como um conhecimento que não é legitimado para a Geografia Escolar.

Além disso, Silva (2009) também aponta alguns temas que, apesar da sua importância, a geografia brasileira tem ignorado: a feminização da pobreza, as migrações femininas no mundo contemporâneo, os efeitos desiguais que a globalização está produzindo em mulheres e homens e a qualidade dos sistemas de transporte, que dificultam a mobilidade urbana das mulheres e seu acesso à oportunidades de trabalho e estudo.

Considerando que gênero é uma importante categoria de análise para a compreensão do espaço geográfico, é

necessário abranger o tratamento do tema para além de conteúdos sobre Geografia da População e para além da perspectiva econômica sobre o tema.

Nesse sentido, o artigo de Hoven et al. (2010) é de grande contribuição, visto que os autores defendem a realização de trabalhos de campo como um recurso de aprendizagem capaz de incentivar a análise da diferenciação por gênero a partir de uma perspectiva espacial. Baseado em um relato de experiência, Hoven et al. (2010) descrevem a criação de uma disciplina eletiva oferecida em duas universidades holandesas, baseada na perspectiva teórica da *geografia feminista* e da *pedagogia feminista* e desenvolvida como forma de incentivar os estudos de gênero na geografia.

O primeiro trabalho de campo descrito no artigo de Hoven et al. (2010) foi realizado em uma loja de departamento em Amsterdã, servindo como uma introdução para mostrar como situações diárias podem ser observadas e analisadas a partir de uma perspectiva de gênero. Posteriormente, foi solicitado que os próprios alunos organizassem um trabalho de campo em sua cidade.

Nesse sentido, Hoven et al. (2010) justificam que um aspecto importante da pedagogia feminista é envolver ativamente os alunos, relacionando suas experiências pessoais com a discussão teórico-conceitual.



O trabalho de campo pode ajudar aos alunos a identificar aspectos implícitos envolvidos na diferenciação por gênero, já que a presença física dos alunos em determinado local pode contribuir para o desenvolvimento de uma análise que considere os elementos proporcionados por um ambiente, como os cheiros, sons, luminosidade, características de seus frequentadores, e tantos outros.

Para ilustrar o potencial dessa proposta, descrevo aqui o resultado de um dos trabalhos de campo organizado pelos alunos da referida disciplina. Os estudantes analisaram uma biblioteca pública dedicada às mulheres na cidade de Groningen, espaço que foi fechado recentemente com o fim do apoio financeiro governamental, sob o argumento de que a questão da emancipação das mulheres estaria resolvida no país. A partir desse trabalho, emergiram certas discussões entre os alunos, como o questionamento se a emancipação feminina de fato foi alcançada no país e se instalações, como uma biblioteca para mulheres, ainda hoje são necessárias.

Embora tenha sido desenvolvida no âmbito universitário, a experiência relatada por Hoven et al. (2010) possibilita reflexões importantes sobre a abordagem de gênero na geografia escolar.

Como um primeiro ponto, o método do trabalho de campo proposto pelos autores pode ser realizado também no próprio espaço

escolar, fazendo com que professores, em conjunto com alunos, realizem uma *Geografia do Gênero*, ou seja, analisem a organização e ocupação espacial da escola a partir da categoria gênero. Dessa forma, os alunos terão a oportunidade de transformar a escola em um objeto de reflexão e interpretar criticamente suas próprias vivências e práticas. Essa tomada de consciência pode, inclusive, despertar a comunidade escolar para tentar subverter as relações hierárquicas de gênero nesse espaço.

Essa atividade também pode ser elaborada com os alunos fora do espaço escolar, em locais diversos, como praças públicas, shoppings centers, supermercados e tantos outros. Acredito que, dessa forma, o trabalho de campo pode ajudar no desenvolvimento de um determinado conteúdo, como abordar alguns aspectos do espaço urbano, ou ainda contribuir para que os alunos se apropriem dos conceitos geográficos, como espaço, território, região, paisagem, lugar, escala. Nesse caso, cito aqui alguns questionamentos que poderiam ser feitos para ilustrar como a categoria gênero pode ser útil para a compreensão dos conceitos da geografia: Como um determinado espaço está organizado e ocupado por relações de gênero? E, nesses espaços, existem relações de poder e dominação que configurem territorialidades?



Existem elementos visíveis ou ocultos nas paisagens que podem nos ajudar a compreender as relações de gênero estabelecidas? É possível adotar o gênero como um critério de regionalização do espaço? Como a categoria gênero pode auxiliar no entendimento das relações subjetivas que os indivíduos estabelecem com os lugares? Como os resultados da pesquisa podem variar de acordo com a escala de análise adotada?

Como um segundo aspecto, acredito que o uso do trabalho de campo para analisar questões de gênero através de uma perspectiva geográfica, possibilita que os alunos tenham contato com o método científico, colocando-se na posição de produtores de conhecimento e podendo aprofundar seu interesse pela pesquisa. Além disso, possibilita uma aprendizagem mais significativa, já que suas observações e experiências poderão ser associadas a processos e conceitos mais abstratos.

Por último, diante das limitadas perspectivas de abordar a desigualdade de gênero pelo currículo formal da geografia escolar, o trabalho de campo emerge como um instrumento capaz de contribuir para as mudanças necessárias dos conteúdos que ensinamos em sala de aula, uma vez que ele permite contemplar questões que não se encontram nos livros didáticos. Dessa forma,

usados em conjunto, o livro didático e o trabalho de campo, podem ampliar o modo como se concebe as análises de gênero na geografia escolar, potencializando esse debate em sala de aula.

CONCLUSÕES

Para finalizar esse artigo, me dedicarei a resgatar alguns pontos que se mostraram relevantes no desenvolvimento da revisão bibliográfica proposta nesse trabalho. Como uma primeira questão, acho relevante ressaltar a importância das *geografias feministas* como um movimento de contestação dos discursos hegemônicos da geografia, reivindicando a visibilidade das mulheres como sujeitos e objetos dessa ciência. Nesse cenário, o conceito de gênero emerge como uma categoria de análise fundamental do espaço geográfico.

A despeito da centralidade que a abordagem de gênero alcançou, sobretudo, na Geografia anglófona, a geografia brasileira tem se mostra pouco permeável à perspectiva de gênero como possibilidade de construção da inteligibilidade da realidade social. No âmbito da educação, os estudos sobre geografia e gênero que tem como perspectiva avaliar como a geografia escolar pode contribuir com os debates de gênero em sala de aula são muito restritos.

Como resultado da pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, analisei três



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

trabalhos que contribuem para as reflexões sobre abordagem de gênero pela geografia escolar: Tonini (2002), Costa (2011) e Hoven et al. (2010). Sob influência dos Estudos Culturais e da perspectiva pós-colonial, os trabalhos de Tonini (2002) e Costa (2011), respectivamente, trazem importantes contribuições sobre o tema tendo como objeto de investigação o livro didático.

Como resultado, Tonini (2002) aponta a produção da mulher como integrante duplamente de uma cultura negada: na questão de gênero e na territorial, enquanto Costa (2011) assinala para a ausência ou superficialidade com que as questões de gênero são tratadas no livro didático de geografia. Já Hoven et al. (2010) apontam a realização de trabalhos de campo como uma metodologia com grande potencial para incentivar os estudos de gênero na geografia.

Por fim, destaco a grande contribuição desses trabalhos em contestar a invisibilidade da mulher enquanto um sujeito não hegemônico na Geografia Escolar, reivindicando novas versões científicas que sejam capazes de dar visibilidade para grupos sociais que foram silenciados pelos pressupostos da ciência moderna, como as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHA, Stella Maris Cortez; BRANDÃO, Carla Castro Rezende Diniz; SAUER,

Leandro; BEDNASKI, Adriano Viana; CAMPAROTO, Marcos Yuri. Rendimento escolar de alunos da área rural em escola. Revista CEFAC, v. 8, n. 4, p. 429-440, 2006.

BARROSO, C. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, p. 573-582, 2004.

COSTA, Carmem Lúcia. A presença e ausência do debate de gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, v.2, n.2, p. 76-84, 2011.

CUNHA, Aldeneia Soares da. Geografia e Educação: implicações do gênero no exercício da docência e na construção do espaço das escolas públicas estaduais de Manaus/AM. 2012. 272f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HOVEN, Bettina van; BEEN, Wike; FORTUIJN, Joos Droogleever; MAMADOUH, Virginie. Teaching feminist geographies in the Netherlands. Learning from student-led fieldtrips. Documents d'anàlisi geogràfica, v. 56, n. 2, p. 305-321, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SILVA, Joseli Maria. (org.) Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009.

TONINI, Ivaine Maria. Identidades capturadas – gênero, geração e etnia na hierarquia territorial dos livros didáticos de geografia. 2002, 136f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

WENETZ, Ileana. Presentes na escola e ausentes na rua: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e pela sexualidade. 2012. 229f. Tese (Doutorado). Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.